

Macroeconomia

Rediscutindo o crescimento

Rogério Mori*

As informações recentes sobre a atividade econômica infelizmente confirmam que o aperto exagerado da política monetária, praticada ao longo de 2006, sufocou o crescimento econômico do ano e praticamente liquidou as chances de uma expansão do Produto Interno Bruto (PIB) da ordem de 3% neste ano.

O resultado da produção industrial de setembro, com uma queda dessazonalizada de 1,4% em relação ao mês anterior, sancionou uma visão mais pessimista quanto ao desempenho do PIB no ano e abriu uma nova rodada de ajuste para baixo das previsões de crescimento no ano. Na pesquisa semanal de expectativas de mercado, as perspectivas do crescimento, que se situavam em 3%, começaram a cair poucos dias após a divulgação do resultado da produção industrial brasileira de setembro.

Se o ano de 2006 representasse um caso isolado em um conjunto de bons resultados nos últimos anos, essa não seria uma questão tão grave, uma vez que representaria um erro do ponto de vista da condução da política monetária por parte do Banco Central ao longo do ano. Em outras palavras, se esse fosse um caso único, bastaria uma correção de rota do ponto de vista da condução da política monetária, que abriria espaço para um crescimento mais expressivo nos anos subsequentes.

Na verdade, a despeito do equívoco da política monetária em 2006, o resultado do ano não representa um “ponto

fora da curva” do crescimento. De fato, o desempenho econômico em termos da expansão do produto soma-se a um conjunto mais amplo de resultados decepcionantes das últimas duas décadas e meia.

A urgência de uma mudança reflete-se na desintegração gradativa do tecido social e do agravamento da desigualdade no País (ainda que recentemente esta tenha sido marginalmente atenuada por programas sociais assistencialistas).

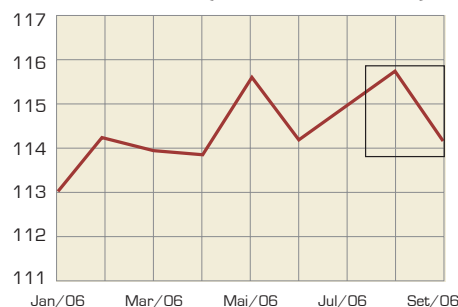
O governo recém reeleito tem ciência desse contexto e procura alternativas de políticas a serem adotadas no sentido de proporcionar uma trajetória de crescimento mais robusta nos próximos anos.

Um resultado óbvio dessa reflexão remete, claramente, à necessidade da retomada dos investimentos no País. A questão passa pela recuperação dos investimentos do setor público, particularmente em infra-estrutura. Esse processo, sem dúvida, esbarra na necessidade de um reforço do lado fiscal, com uma contenção de gastos correntes e a ampliação da parcela de investimentos.

A resposta direta da parte da burocracia pública é que, com a falta de espaço para a realização de grandes cortes no curto prazo, não há condições para um “grande salto” dos investimentos do setor público nos próximos anos.

Essa constatação praticamente condena o País a ter resultados medíocres do ponto de vista do crescimento econômico mais adiante. Pior ainda, sugere que uma pers-

Produção industrial brasileira dessazonalizada (Base: 2002=100)



Fonte: IBGE. Elaboração: FGV-EESP/CEMAP

pectiva mais favorável de crescimento só será possível se houver um amplo esforço coordenado de ajuste fiscal que transcenda as soluções burocráticas tradicionais pautadas até agora por aumentos da carga tributária brasileira.

O eixo dessa discussão foi acentuado recentemente pelo trabalho do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (Ipea), intitulado Uma Agenda para o Crescimento Econômico e a Redução da Pobreza (Texto para Discussão nº 1234). Nesse bem elaborado documento são discutidos os principais elementos relacionados às questões essenciais do ponto de vista da retomada do crescimento.

O trabalho foi recebido com certo pessimismo, uma vez que as projeções de crescimento do PIB no cenário macroeconômico, ainda que o País tenha uma forte correção de rumo, apontam para a possibilidade de um crescimento da ordem de 5% apenas em 2017. Na verdade, as projeções deveriam ser recebidas com certo otimismo, uma vez que apontam para taxas de crescimento da ordem de 4% (e acima disso) a partir de 2008. Caso isso se confirme, o País terá atingido taxas de crescimento bem mais expressivas em relação às verificadas desde os anos 1980. Algo difícil de imaginar diante do desenho da política econômica esboçada pelo governo para os próximos quatro anos. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (CEMAP) da FGV-EESP